

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO -
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E VULNERABILIDADE SOCIAL: COMO A
FALTA DE PREPARO IMPACTA A VIDA ADULTA**

**FINANCIAL EDUCATION AND SOCIAL VULNERABILITY: HOW LACK OF
PREPARATION IMPACTS ADULT LIFE**

Orientanda: Bárbara Silva Soares
Estudante do curso de Administração da PUC Goiás
barbarasoes720@gmail.com

Orientadora: Profa. Silvana de Brito Arrais Dias, Dra.
Professora do curso de Administração da PUC Goiás
silvana.adm@pucgoias.edu.br

Membro 1: Profa. Gisely Jorge Mesquita, Ma
Professora do curso de Administração da PUC Goiás
gisely@pucgoias.edu.br

Membro 2: Profa. Wanessa Pazini Rocha, Ma
Professora do curso de Administração da PUC Goiás
wanessa.adm@pucgoias.edu.br

Linha de pesquisa: Controladoria, Finanças e Mercados Financeiros

RESUMO

A educação financeira é essencial para o desenvolvimento de habilidades de gestão do dinheiro e tomada de decisões conscientes. Este estudo teve como objetivo analisar os impactos da carência de educação financeira na vida adulta e como a ausência dessa formação pode resultar em fragilidade financeira, baixa autonomia econômica e vulnerabilidade familiar e social, afetando diretamente a qualidade de vida dos indivíduos. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e descritiva. O procedimento metodológico combina revisão bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos e relatórios institucionais publicados a partir de 2018, e levantamento de campo, por meio de questionário estruturado aplicado a dois grupos: adolescentes e jovens de 15 a 24 anos, e adultos jovens de 25 a 35 anos, no segundo semestre de 2025. A amostra foi composta por 129 participantes, distribuídos igualmente entre os dois grupos etários. Os dados coletados foram analisados de forma descritiva, com apoio de tabelas e gráficos, permitindo identificar padrões de comportamento financeiro, dificuldades enfrentadas e a relação entre preparo financeiro e vulnerabilidade social em cada faixa etária. Os resultados evidenciaram que a maioria dos respondentes não recebeu orientação financeira no ambiente familiar nem teve contato com educação financeira na escola, o que demonstra uma lacuna significativa na formação inicial.

Observou-se também que grande parte apresenta dificuldade em manter controle regular dos gastos, baixa capacidade de poupança e histórico de inadimplência, comportamentos que refletem vulnerabilidade financeira e falta de planejamento. As respostas qualitativas reforçaram esses achados ao revelar padrões como compras por impulso, influência emocional nas decisões e ausência de hábitos de organização financeira. Por outro lado, a maior parte dos participantes reconheceu a importância da educação financeira como instrumento de autonomia e redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação financeira, vulnerabilidade social, planejamento financeiro, autonomia econômica.

ABSTRACT

Financial education is essential for the development of money management skills and for supporting conscious decision-making. This study aims to analyze the impacts of the lack of financial education in adulthood and how the absence of such preparation can lead to financial fragility, low economic autonomy and social vulnerability, directly affecting individuals' quality of life. The research is characterized as both qualitative and quantitative, with an exploratory and descriptive nature. The methodological procedure combined a bibliographic review, based on books, scientific articles and institutional reports published from 2018 onward, and field research through a structured questionnaire applied to two groups: adolescents and young adults aged 15 to 24, and adults aged 25 to 35, in the second semester of 2025. The sample consisted of 129 participants, equally distributed between both age groups. The data were analyzed descriptively, using tables and graphs to identify patterns of financial behavior, difficulties faced and the relationship between financial preparedness and social vulnerability across age ranges. The results showed that most respondents did not receive any financial guidance at home nor had access to financial education in school, revealing a significant gap in early financial formation. It was also observed that many participants have difficulty maintaining regular control of their expenses, show low saving capacity, and report a history of delinquency, behaviors that reflect financial vulnerability and lack of planning. The qualitative responses reinforced these findings by highlighting patterns such as impulse buying, emotional influence on decision-making and the absence of financial organization habits. On the other hand, most participants recognized the importance of financial education as a tool for autonomy and for reducing social inequalities.

Keywords: Financial education, social vulnerability, financial planning, economic autonomy.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem enfrentado um cenário de aumento do consumo, fácil acesso ao crédito e desigualdade social persistente. Esses fatores, aliados à ausência de programas eficazes de educação financeira nas escolas e no ambiente familiar, contribuem para que muitos indivíduos cheguem à vida adulta sem preparo adequado para lidar com questões financeiras (ANBIMA, 2024; Sakamoto, 2025). Como consequência, observam-se altos índices de inadimplência, dificuldades econômicas e de planejamento, o que reforça a vulnerabilidade social. O presente estudo visou analisar os impactos da carência de educação financeira pessoal na vida adulta e como a ausência da formação pode resultar em fragilidade financeira, baixa autonomia econômica e vulnerabilidade social, afetando diretamente a qualidade de vida dos indivíduos. A educação financeira envolve o conhecimento e habilidades para gerenciar recursos financeiros, tomar decisões conscientes e planejar o futuro econômico.

Logo, o objetivo geral deste trabalho foi voltado para a compreensão de como a ausência de educação financeira influencia as decisões econômicas e desencadeia a vulnerabilidade financeira e social na vida adulta, além de apresentar estratégias que possam reduzir essa vulnerabilidade por meio da alfabetização financeira.

Como objetivos específicos, teve-se:

- I) Realizar a fundamentação teórica sobre os assuntos relativos ao tema.
- II) Estruturar o instrumento de levantamento de dados a ser aplicado junto aos respondentes.
- III) Levantar dados por meio de questionário aplicado a adolescentes (15 a 24 anos) e adultos jovens (25 a 35 anos).
- IV) Estruturar a apresentação e a análise dos dados obtidos.
- V) Identificar as principais consequências da carência de educação financeira pessoal.
- VI) Analisar o papel da família e da escola na formação da educação financeira pessoal.
- VII) Avaliar os impactos da falta de preparo financeiro, como vulnerabilidade financeira e social.
- VIII) Explorar o papel da educação financeira na promoção da autonomia econômica e na inclusão social.
- IX) Apontar estratégias para reduzir a vulnerabilidade financeira e social por meio da alfabetização financeira.

De acordo Fernandes (2024), o cenário brasileiro contemporâneo é marcado por uma série de desafios complexos que envolvem o aumento do consumo, o acesso facilitado ao crédito e a desigualdade social persistente. Nos últimos anos, a ampliação da oferta de produtos financeiros e das linhas de crédito passou a atingir diferentes camadas da população. Entretanto, esse crescimento não tem sido acompanhado por avanço proporcional na formação financeira da sociedade, o que gera consequências significativas. Ao considerar esse contexto, esta pesquisa buscou compreender de que forma a ausência de educação financeira impacta a vida adulta, reforçando a importância de identificar as consequências dessa lacuna formativa para o desenvolvimento econômico e social.

Ao avaliar os impactos da falta de preparo financeiro, pretendeu-se destacar como a vulnerabilidade social é agravada pela situação financeira e social das pessoas. Além disso, pretendeu-se que o estudo servisse como ponto de partida para debates que ultrapassem a esfera acadêmica, estimulando novas pesquisas, reflexões e aprofundamentos sobre educação financeira e seus efeitos na vida adulta. Assim, este estudo pretende fornecer subsídios que favoreçam a elaboração de propostas eficazes para a redução das desigualdades e o fortalecimento da cidadania financeira no Brasil.

A escolha do tema está diretamente relacionada ao interesse da autora em compreender os desafios que a falta de educação financeira impõe à sociedade, especialmente no início da vida adulta. Como estudante de Administração e profissional em formação no mercado financeiro, este estudo representa uma oportunidade de integrar teoria e prática, ampliando conhecimentos que poderão ser aplicados tanto no âmbito acadêmico quanto na atuação profissional. Além disso, a pesquisa contribui para o desenvolvimento pessoal da autora, ao possibilitar uma reflexão crítica sobre sua própria trajetória de aprendizado financeiro e sobre o papel que pode exercer na promoção da educação financeira em diferentes contextos sociais. Dessa forma, o estudo não apenas fortalece a formação acadêmica, mas também reafirma o compromisso da autora com a busca de soluções que possam reduzir a vulnerabilidade social e promover maior autonomia econômica na sociedade brasileira.

Diante desse contexto, a pesquisa se orienta pelas seguintes questões:

- Questão principal: A falta de preparo financeiro pode contribuir para a baixa autonomia econômica e a exposição a riscos financeiros na vida adulta?

Subquestões:

- Como a família influencia a formação de hábitos financeiros na juventude?

- Qual o papel da escola na alfabetização financeira e na prevenção da vulnerabilidade econômica e social?
- Quais são as principais consequências da fragilidade de educação financeira para a vida adulta?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo buscou apresentar os principais conceitos, discussões e evidências relacionadas à educação financeira e sua influência sobre a vulnerabilidade social. Partindo de pesquisas nacionais e internacionais publicadas nos últimos anos, procurou-se compreender como a ausência de preparo financeiro afeta diretamente a vida adulta, ampliando riscos de endividamento e comprometendo a autonomia econômica. Além disso, foram analisadas as contribuições da família e da escola na formação de hábitos financeiros, bem como os impactos da vulnerabilidade social nas decisões econômicas dos indivíduos. Dessa forma, a fundamentação teórica fornece a base necessária para sustentar a análise desenvolvida na pesquisa e estabelecer conexões entre teoria, prática e contexto social brasileiro.

Educação Financeira

A educação financeira refere-se ao conjunto de conhecimentos e habilidades que permitem aos indivíduos gerenciar seus recursos, tomar decisões conscientes e planejar o futuro econômico (Lusardi & Mitchell, 2014). Essa formação envolve orçamento, poupança, investimentos e compreensão de produtos financeiros.

De acordo com Silva e Vieira (2020), a educação financeira vai além do simples ato de poupar: trata-se de uma ferramenta de inclusão social, que capacita as pessoas a enfrentarem os desafios da vida adulta com maior segurança, reduzindo riscos de endividamento e ampliando as oportunidades de mobilidade social.

Sob a ótica da estudante, esse aprendizado torna-se essencial já nos anos escolares, pois muitos jovens ingressam na vida adulta sem preparo adequado para lidar com dinheiro. A ausência desse conhecimento pode resultar em escolhas financeiras equivocadas, enquanto o acesso a uma formação estruturada favorece a autonomia, a disciplina e a construção de um futuro econômico mais estável.

Changue & Giovanetti (2020) afirmam que a falta de educação financeira acarreta consequências diretas na vida adulta, entre elas:

Dificuldade de organização do orçamento pessoal e familiar; endividamento excessivo e uso frequente de crédito rotativo; ausência de reserva de emergência; exposição a riscos desnecessários, como pirâmides financeiras, golpes e promessas de ganhos rápidos. Essas consequências impactam não apenas a saúde financeira, mas também o bem-estar psicológico, gerando estresse, ansiedade e sensação de insegurança. A busca por soluções imediatas muitas vezes resulta em perdas significativas, reforçando o ciclo de vulnerabilidade financeira.

Vulnerabilidade social e decisões financeiras na vida adulta

A vulnerabilidade social ocorre quando indivíduos ou grupos estão mais expostos a riscos por falta de recursos, informações ou apoio. Associada à ausência de educação financeira, essa condição intensifica decisões que comprometem o futuro econômico e social do indivíduo (CVM, 2024).

O acesso facilitado a produtos financeiros, aliado à desinformação, cria um ambiente propício para práticas abusivas e escolhas arriscadas, especialmente entre jovens adultos que iniciam sua vida financeira sem preparo adequado. Promover educação financeira desde cedo contribui para reduzir desigualdades, fortalecer a cidadania e criar maior autonomia em escolhas econômicas (OCDE, 2022; CVM, 2024).

Do ponto de vista da autora do artigo, que vivencia diariamente o contato com clientes e famílias em diferentes situações financeiras, percebe-se que a falta de orientação ainda na juventude gera impactos que se prolongam na vida adulta, como endividamento precoce, dificuldade de planejamento e dependência financeira. Essa experiência prática reforça a importância de compreender como a formação inicial pode transformar comportamentos e ampliar oportunidades no futuro.

Nesse sentido, torna-se essencial analisar o papel da família e da escola como agentes formadores, uma vez que são nesses espaços que se constroem as primeiras percepções sobre dinheiro, consumo e planejamento financeiro.

Educação financeira na família e na escola

Família e escola têm papéis complementares na formação financeira. Crianças e adolescentes que recebem orientação sobre orçamento, poupança e consumo consciente desenvolvem hábitos mais saudáveis na vida adulta (Lusardi & Mitchell, 2014). A ausência desse preparo contribui para decisões impulsivas e dificuldade de planejamento, perpetuando ciclos de vulnerabilidade econômica.

A carência de educação financeira, quando não suprida por esses ambientes formativos, gera impactos sociais mais amplos, como endividamento excessivo e inadimplência, que afetam a economia local, elevam o custo de crédito e limitam o acesso a oportunidades de investimento e crescimento pessoal (OCDE, 2022). Investir em programas de educação financeira é, portanto, uma medida preventiva capaz de reduzir desigualdades e promover inclusão econômica.

Observa-se que a ausência de orientação financeira na família e na escola reflete diretamente na prática social. Muitos jovens chegam à vida adulta sem noções básicas de planejamento e, consequentemente, tornam-se mais vulneráveis a dívidas e a escolhas financeiras prejudiciais. Essa percepção não se limita ao âmbito acadêmico, mas também é confirmada pela vivência prática da autora do artigo no mercado financeiro, onde a falta de preparo inicial é um fator recorrente na origem da vulnerabilidade social.

Diante disso, torna-se necessário aprofundar a análise sobre vulnerabilidade financeira, suas consequências no desenvolvimento individual e coletivo, bem como discutir estratégias que promovam autonomia econômica e inclusão social, permitindo compreender a educação financeira não apenas como conhecimento técnico, mas como instrumento de transformação social.

Vulnerabilidade financeira

A vulnerabilidade financeira pode ser entendida como a dificuldade de lidar com imprevistos econômicos ou situações de instabilidade, sem comprometer o bem-estar básico. Ela ocorre quando o indivíduo ou a família não possui reservas financeiras, acesso adequado à informação ou planejamento, ficando exposto a riscos que comprometem sua segurança econômica (CVM, 2024). Essa condição se agrava diante da fragilidade de educação financeira, da dependência excessiva do crédito e da limitação de recursos para a construção de poupança de emergência. Estudos recentes apontam que a vulnerabilidade financeira está associada a fatores como endividamento excessivo, ausência de reservas, insegurança no emprego e baixa capacidade de tomar decisões conscientes sobre consumo e investimentos (Lusardi, 2019). No Brasil, esse quadro se manifesta em índices elevados de inadimplência, que atingem principalmente os jovens adultos, ainda em fase inicial de organização de sua vida financeira (PEIC/CNC, 2025). A falta de preparo financeiro, portanto, não se restringe a uma dificuldade individual, mas pode representar também uma questão social, uma vez que famílias em situação de vulnerabilidade contribuem para a ampliação das desigualdades econômicas, restringindo oportunidades de ascensão social. Nesse sentido, compreender a vulnerabilidade financeira é fundamental para propor estratégias de fortalecimento da autonomia econômica e inclusão social, temas abordados nas próximas seções.

Estratégias e autonomia econômica

A autonomia econômica está diretamente relacionada à capacidade de o indivíduo gerir seus próprios recursos, tomar decisões financeiras conscientes e reduzir a dependência de crédito ou de terceiros. Segundo a OCDE (2022), a educação financeira é um dos principais fatores para promover essa autonomia, pois possibilita ao cidadão compreender os riscos do consumo excessivo, desenvolver o hábito da poupança e avaliar criticamente produtos e serviços financeiros disponíveis no mercado.

Estratégias voltadas à promoção da autonomia econômica incluem políticas públicas de inclusão financeira, programas de capacitação em gestão de finanças pessoais e iniciativas privadas que busquem democratizar o acesso à informação. A ANBIMA (2024) destaca que iniciativas de educação financeira devem ser contínuas, adaptadas ao contexto sociocultural da população e voltadas à formação de hábitos de longo prazo, como a criação de reservas de emergência e o investimento em ativos seguros.

Considerando o exposto, entende-se que a autonomia econômica representa mais do que a simples capacidade de consumir ou investir: ela é um instrumento de cidadania e independência. A experiência prática no mercado financeiro permite observar que clientes que possuem maior conhecimento e disciplina financeira demonstram mais segurança em suas escolhas, planejam o futuro com clareza e estão menos suscetíveis a práticas abusivas. Essa vivência reforça a importância de estratégias que não apenas informem, mas que também engajem as pessoas a colocarem em prática hábitos financeiros saudáveis.

Assim, discutir autonomia econômica sob a ótica de estratégias educativas e sociais é essencial para compreender como o fortalecimento da educação financeira contribui não apenas para o bem-estar individual, mas também para o desenvolvimento social e a redução das desigualdades. Esse debate conduz ao próximo assunto, dedicado à análise da inclusão social como resultado do acesso equitativo à educação e às oportunidades financeiras.

Inclusão social

A inclusão social, quando analisada sob a ótica da educação financeira, está diretamente ligada à democratização do acesso à informação, produtos e serviços financeiros que possibilitam maior participação econômica e redução das desigualdades. Ozili (2020) demonstra que há uma correlação positiva entre inclusão social e inclusão financeira em diferentes países, evidenciando que o acesso a instrumentos financeiros básicos amplia oportunidades de desenvolvimento e cidadania. Essa relação é particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade, nos quais a ausência de preparo financeiro agrava ciclos de exclusão.

No Brasil, relatórios recentes indicam que, apesar do avanço tecnológico e da expansão de serviços digitais, ainda existem barreiras significativas para alcançar grupos em situação de vulnerabilidade. O relatório da Plano CDE (2022) aponta que milhões de brasileiros permanecem desbancarizados ou com acesso restrito a serviços financeiros, o que limita sua capacidade de poupança, investimento e proteção contra riscos. Esse cenário reforça a importância da educação financeira como ferramenta de inclusão e mobilidade social.

Além disso, estratégias de inclusão financeira têm impacto direto sobre o desenvolvimento econômico. Fonseca (2024) observa que políticas de expansão de crédito e educação financeira em comunidades com baixa cobertura bancária estão associadas a maior geração de emprego, estímulo ao empreendedorismo e redução da desigualdade regional. Tais evidências sugerem que a inclusão social não pode ser dissociada de políticas estruturais que aproximem a população das oportunidades financeiras de forma responsável e sustentável.

Assim, a inclusão social, articulada com a educação financeira, deve ser compreendida como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que integra a redução das desigualdades com o fortalecimento da cidadania econômica e social.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualiquantitativa, de natureza exploratória e descritiva. O caráter qualitativo se evidencia na análise bibliográfica e interpretativa sobre o papel da educação financeira e seus impactos sociais, e também, junto ao caráter quantitativo decorre da aplicação de questionários para coleta de dados junto ao público-alvo.

O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos e relatórios institucionais publicados a partir de 2018, relacionados à educação financeira, vulnerabilidade familiar e social, e impactos da ausência desse conhecimento na vida adulta. Como complemento, foi utilizado o levantamento de campo, por meio de questionário estruturado, aplicado a dois grupos de respondentes:

- Adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, em fase de formação educacional e ingresso no mercado de trabalho;
- Adultos jovens de 25 a 35 anos, já inseridos no mercado e em maior contato com responsabilidades financeiras.

O universo da pesquisa compreende indivíduos em idade escolar, universitária e em início de vida profissional, que estão expostos a decisões financeiras determinantes para seu futuro. A amostra foi composta por 129 participantes, selecionados por conveniência. O instrumento de coleta de dados foi um questionário, com perguntas objetivas e discursivas, elaborado no Google Forms e distribuído digitalmente, de forma a facilitar a tabulação e análise das respostas. Os dados obtidos foram tratados por meio de análise descritiva, com apoio de recursos como gráficos, que permitiram identificar padrões de comportamento financeiro, dificuldades enfrentadas e a relação entre preparo financeiro e vulnerabilidade familiar e social em cada faixa etária. As informações levantadas foram, então, confrontadas com a literatura estudada, buscando destacar pontos de convergência e divergência entre teoria e prática.

Dessa forma, a metodologia proposta possibilitou compreender, a partir da junção de teoria e prática, os efeitos da carência de educação financeira em diferentes fases da juventude e da vida adulta, contribuindo para apontar estratégias de promoção da autonomia econômica e redução da vulnerabilidade familiar e social. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2025, período destinado à elaboração, aplicação e análise dos questionários junto aos participantes.

Procedimentos

Para garantir a eficiência da coleta de dados e a validade da pesquisa, os procedimentos metodológicos foram cuidadosamente planejados. O questionário estruturado foi elaborado com perguntas objetivas e distribuído por meio digital, utilizando o Google Forms como ferramenta principal de coleta. O link do formulário foi compartilhado em grupos universitários, com ênfase nas instituições Universidade Federal de Goiás (UFG) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), buscando alcançar jovens adultos de diferentes cursos e áreas de formação. Além disso, o questionário foi enviado para grupos escolares do ensino médio, com o apoio de familiares e de instituições de ensino, a fim de incluir adolescentes em fase pré-universitária e obter uma amostra mais ampla e representativa.

Essa estratégia de divulgação permitiu atingir participantes de diferentes faixas etárias e contextos educacionais, possibilitando uma análise comparativa entre o nível de conhecimento financeiro de jovens em diferentes estágios de formação acadêmica. A coleta de dados foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2025, totalizando 129 respondentes. A amostra apresentou predominância de participantes com idade entre 15 e 24 anos, o que reforça a relevância da análise sobre educação financeira e vulnerabilidade social entre jovens e estudantes.

Apresentação dos Dados

A apresentação dos dados coletados nesta pesquisa foi realizada de forma organizada e descritiva, por meio de gráficos, tabelas e análises interpretativas, a fim de proporcionar uma

compreensão clara dos resultados obtidos. Segundo Gil (2010, p. 121), “A organização dos dados por meio de representações gráficas e tabelas facilita a compreensão das informações e contribui para a identificação de padrões e tendências”.

Dessa forma, a utilização de diferentes formas de apresentação permitiu observar comportamentos financeiros, percepções e níveis de conhecimento sobre educação financeira entre os participantes, contribuindo para uma interpretação objetiva e fundamentada dos resultados. Essa abordagem possibilitou uma análise mais precisa da relação entre vulnerabilidade social e preparo financeiro, que servirá de base para as conclusões e recomendações finais do estudo.

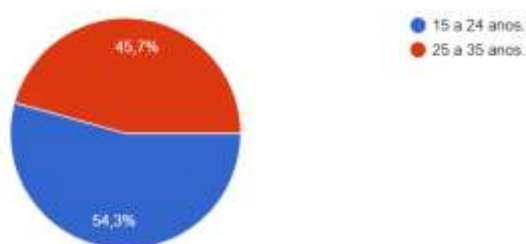
RESULTADOS

A seguir são apresentados os resultados obtidos por meio da pesquisa aplicada com 129 participantes, que responderam ao questionário de forma eletrônica, utilizando o Google Forms como instrumento de coleta. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2025 e teve como objetivo identificar o nível de conhecimento financeiro, os hábitos de consumo e as percepções sobre educação financeira entre jovens e adultos de diferentes contextos educacionais e socioeconômicos.

Apresentação e análise de dados

A análise dos dados foi conduzida de forma qualiquantitativa, permitindo uma interpretação ampla dos resultados obtidos. A etapa quantitativa foi estruturada em gráficos e tabelas para facilitar a visualização e comparação das respostas, enquanto a etapa qualitativa buscou compreender de forma mais profunda as percepções e experiências individuais dos participantes em relação à gestão financeira e à vulnerabilidade social.

Figura 1 - Idade:



Fonte: Dados de pesquisa, 2025.

A Figura 1 apresenta os dados da idade dos respondentes, sendo 54,3% com idades entre 15 e 24 anos e 45,7% entre 25 e 35 anos, o que evidencia o foco em jovens e adultos em início de vida financeira.

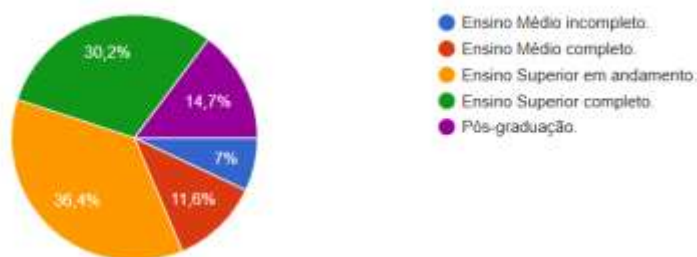
Figura 2 - Gênero:



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

Em relação ao sexo, observou-se equilíbrio entre os gêneros, com 51,2% do público feminino e 48,1% masculino, conforme Figura 2. Essa composição reforça a importância de analisar como o conhecimento financeiro é construído desde o período escolar até a inserção no mercado de trabalho.

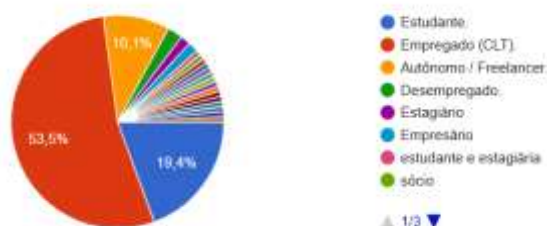
Figura 3 – Escolaridade:



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 3 apresenta o nível de escolaridade dos participantes da pesquisa. Observa-se que a maioria está cursando o Ensino Superior (36,4%), seguida por Ensino Superior completo (30,2%), Pós-graduação (14,7%) e Ensino Médio completo (11,6%). Esses dados indicam que a maior parte da amostra possui ou está em busca de formação superior, o que tende a facilitar o acesso a informações sobre finanças, ainda que nem sempre de maneira estruturada.

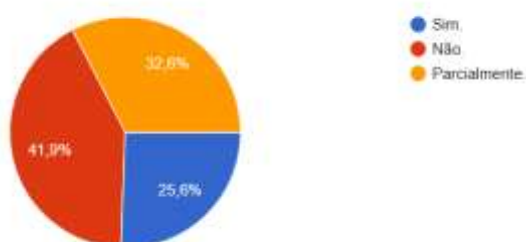
Figura 4 - Situação profissional



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

Com relação à ocupação, a Figura 4 apresenta que 53,5% dos participantes são empregados (CLT), 19,4% estudantes, 10,1% autônomos e o restante distribuído entre outras formas de trabalho. Essa diversidade permite compreender o comportamento financeiro de diferentes perfis, desde jovens ainda em formação até adultos inseridos no mercado.

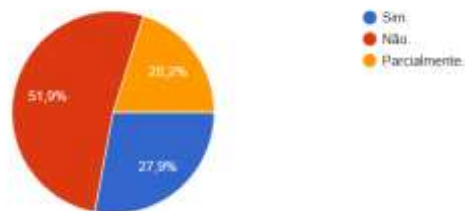
Figura 5 - Orientação financeira recebida em casa



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

Na Figura 5, apresenta-se dados sobre os participantes que receberam orientação financeira no ambiente familiar. Observa-se que grande parte afirmou não ter recebido nenhum tipo de instrução, o que evidencia a fragilidade desse espaço como fonte de aprendizado inicial. Esse resultado reforça a visão de Silva e Vieira (2020), segundo os quais a ausência de orientação financeira precoce contribui para a reprodução de comportamentos econômicos vulneráveis ao longo da vida adulta.

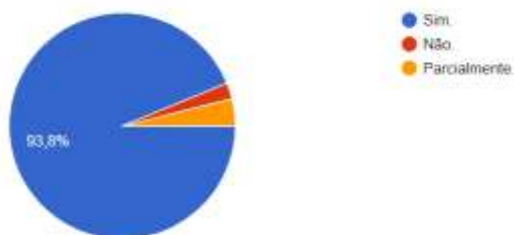
Figura 6 - Educação financeira oferecida pela escola ou faculdade



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

Ao analisar a Figura 6, evidencia-se que a maioria dos respondentes não teve contato formal com educação financeira no ambiente escolar ou universitário. A lacuna identificada confirma o argumento de Lusardi e Mitchell (2014) de que a alfabetização financeira continua insuficientemente disseminada nas instituições de ensino, o que reduz a capacidade dos jovens de desenvolver competências para decisões econômicas conscientes.

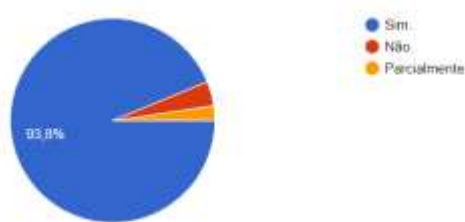
Figura 7 - Importância da família na formação de hábitos financeiros.



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 7 apresenta a percepção dos participantes sobre o papel da família na formação de hábitos financeiros. Há consenso sobre a relevância do núcleo familiar. Um total de 93,8% considera a família essencial na formação de hábitos financeiros. O resultado alinha percepção e prática desejada, embora a seção anterior tenha mostrado baixa oferta real de orientação no lar.

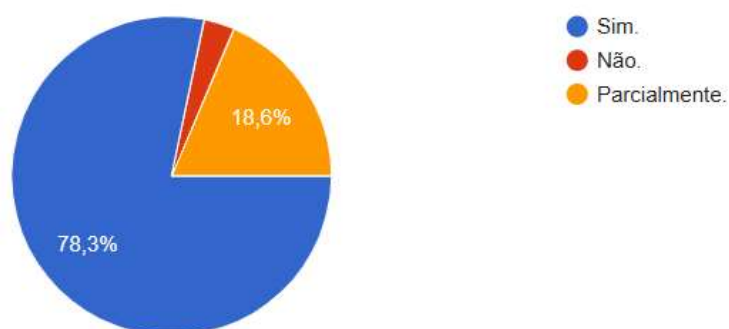
Figura 8 - Importância da escola na educação financeira dos jovens



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

Na Figura 8, é observado o percentual idêntico ao observado na família. Um total de 93,8% entende que a escola deve exercer papel ativo na educação financeira dos jovens. A convergência de expectativas entre família e escola indica espaço para ações integradas.

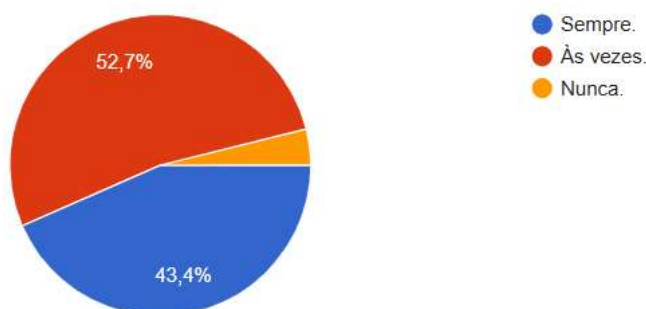
Figura 9 - Influência da orientação financeira na vida atual.



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 9 mostra que a maioria dos respondentes afirmou que a vida seria diferente caso tivessem recebido mais orientação financeira. O percentual foi de 78,3%. A percepção de impacto futuro confirma a educação financeira como fator de proteção e desenvolvimento socioeconômico.

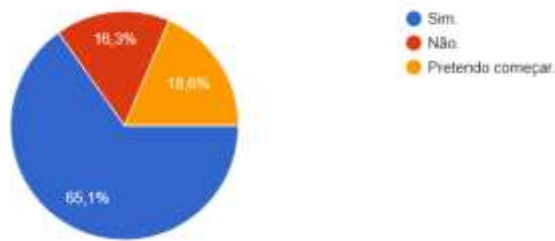
Figura 10 - Frequência de controle de gastos mensais



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 10 apresenta a frequência com que os participantes controlam seus gastos mensais. Observa-se que 43,4% afirmam “controlar sempre”, 52,7% realizam esse acompanhamento “às vezes”, e 3,9% “nunca o fazem”, o que indica uma prática irregular de gestão orçamentária. Esse comportamento é coerente com as respostas qualitativas, nas quais muitos relataram “compras por impulso”, “falta de controle nos gastos diários” e “dificuldade em manter um planejamento financeiro consistente”. A influência social e digital também aparece como fator relevante, especialmente diante de promoções, publicidade e comparações em redes sociais, que estimulam decisões de consumo sem reflexão prévia. Essa relação entre emoção, impulsividade e finanças é explicada por Changue e Giovanetti (2020), que associam o desequilíbrio financeiro à ausência de planejamento e à busca imediata por satisfação. Esse cenário reforça a análise de Lusardi e Mitchell (2014), segundo os quais o conhecimento financeiro não se traduz em autonomia econômica quando não é acompanhado de disciplina, constância e desenvolvimento de hábitos saudáveis no cotidiano.

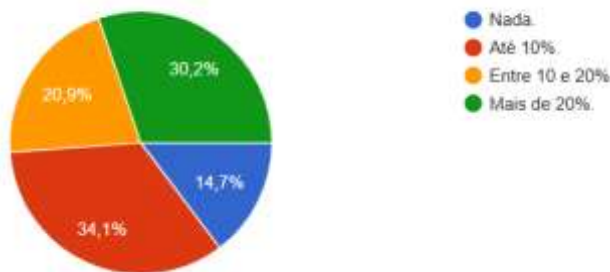
Figura 11 - Existência de reserva de emergência.



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 11 apresenta a existência de reserva de emergência entre os participantes. Observa-se que 65,1% afirmam possuir reserva, enquanto 18,6% não possuem qualquer valor guardado e 16,3% pretendem começar a constitui-la. Embora parte significativa tenha conseguido constituir algum valor, ainda há um grupo expressivo sem qualquer proteção financeira. Esse cenário está alinhado ao relatório da CVM (2024), onde aponta que mais de 60% dos brasileiros não conseguiriam manter suas despesas por um mês sem renda. A falta de uma reserva, faz com que muitas famílias recorram ao crédito caro, um dos principais fatores que ampliam o risco de endividamento diante de imprevistos.

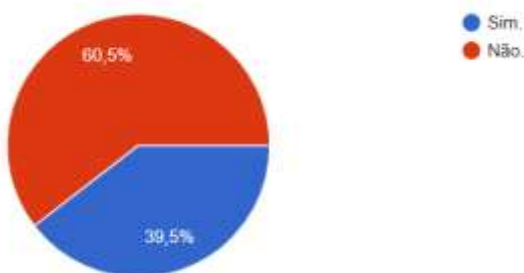
Figura 12 - Percentual da renda poupada mensalmente



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 12 mostra que muitos respondentes conseguem poupar apenas pequenas parcelas de sua renda, em geral inferiores a 10%. O baixo nível de poupança reforça o argumento de Changue e Giovanetti (2020), que relacionam a dificuldade de poupar à ausência de planejamento financeiro consistente e ao comportamento de consumo imediatista.

Figura 13 - Ocorrência de inadimplência.

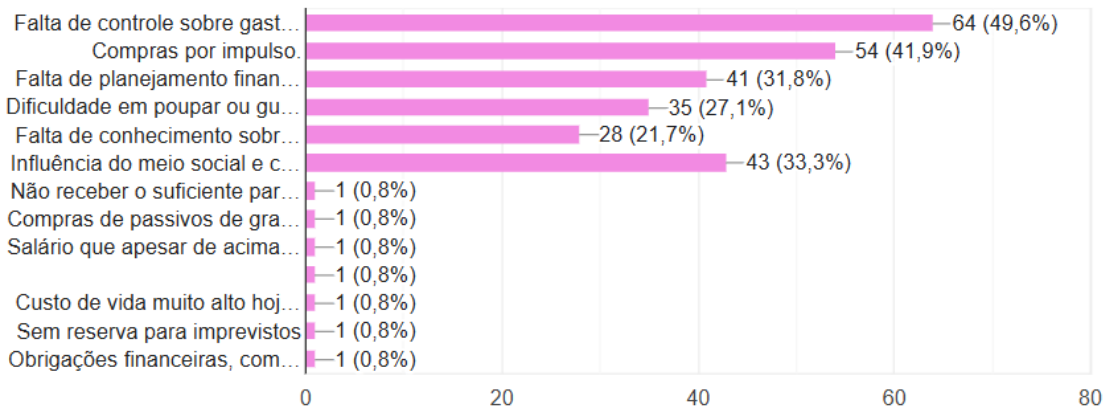


Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 13 mostra que quase 40% dos participantes já enfrentaram inadimplência, evidenciando fragilidades na gestão do crédito pessoal, e dificuldades em organizar compromissos financeiros. Nas respostas qualitativas, adultos relataram que o aprendizado sobre finanças ocorreu tardiamente, muitas vezes após experiências negativas como endividamento ou atrasos recorrentes, o que confirma a análise de Lusardi (2019) sobre o impacto de erros financeiros precoces na estabilidade futura. Entre os mais jovens, foi comum o relato de ausência total de orientação financeira no ambiente familiar e escolar, o que contribui para decisões financeiras imaturas e maior exposição ao risco de dívidas.

Essa constatação está alinhada ao relatório da CVM (2024), que identifica o uso inadequado do crédito, aliado à falta de orientação, como um dos principais fatores que ampliam vulnerabilidades financeiras entre jovens e adultos.

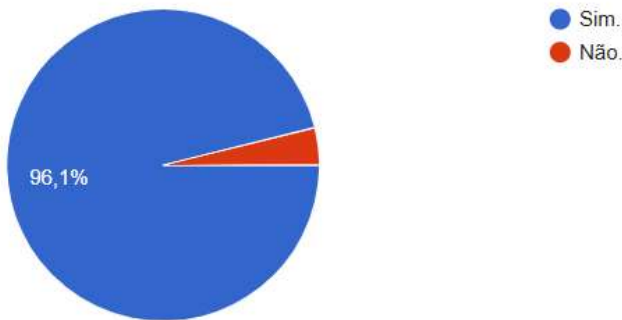
Figura 14 - Principais dificuldades para manter equilíbrio financeiro.



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 14 mostra que as principais dificuldades mencionadas foram a falta de controle sobre os gastos do dia a dia (49,6%) e compras por impulso (41,9%). Também foram citadas a influência social, a dificuldade de poupar e o consumo emocional. Esses fatores demonstram que o desequilíbrio financeiro, na maioria das vezes, está ligado a comportamentos e hábitos de consumo, mais do que à falta de renda propriamente dita.

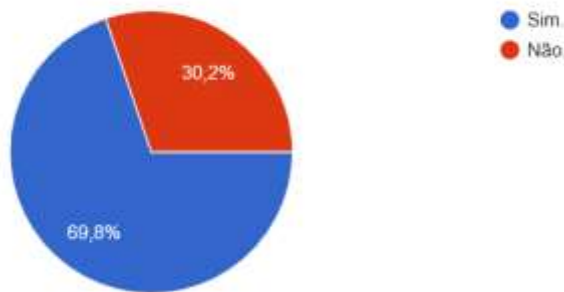
Figura 15 - Existência de metas financeiras de médio e longo prazo.



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A maioria expressiva dos respondentes na Figura 15, representando 96,1%, afirmou possuir metas financeiras de médio e longo prazo, enquanto apenas 3,9% disseram não ter. Esse resultado indica um nível elevado de consciência sobre a importância do planejamento futuro, reforçando a busca por estabilidade e segurança financeira entre os participantes.

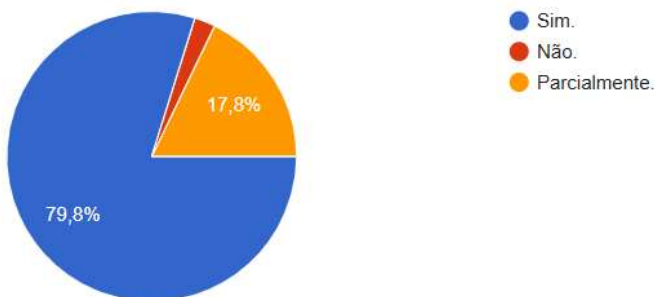
Figura 16 - Ocorrência de propostas financeiras abusivas



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

Um total de 69,8% dos participantes relatou já ter recebido propostas financeiras consideradas abusivas, como ofertas de crédito com juros elevados ou condições pouco transparentes. Esse dado da Figura 16 demonstra vulnerabilidade no acesso a produtos financeiros e reforça a necessidade de maior educação sobre crédito responsável e leitura crítica de contratos.

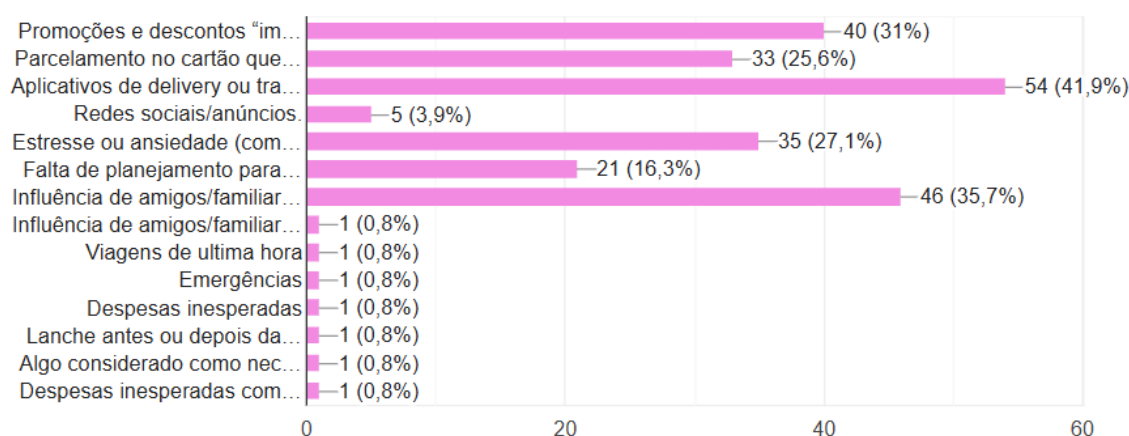
Figura 17 - Percepção sobre o papel da educação financeira na redução das desigualdades sociais.



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 17 mostra que 79,8% dos entrevistados acreditam que a educação financeira contribui para a redução das desigualdades sociais, enquanto 17,8% consideram que ela contribui apenas parcialmente, e 2,4% entendem que não há influência. Essa percepção está alinhada ao relatório da ANBIMA (2024), que reconhece a educação financeira como um instrumento capaz de promover inclusão, autonomia e cidadania econômica. Esse resultado evidencia que, ao ampliar o acesso ao conhecimento financeiro, os indivíduos desenvolvem maior capacidade da tomada de decisão, fortalecendo sua autonomia econômica e reduzindo a dependência de práticas financeiras arriscadas. A educação financeira também amplia as oportunidades de participação no sistema financeiro, favorecendo a inclusão social ao permitir que mais pessoas utilizem instrumentos formais de gestão, poupança e investimento.

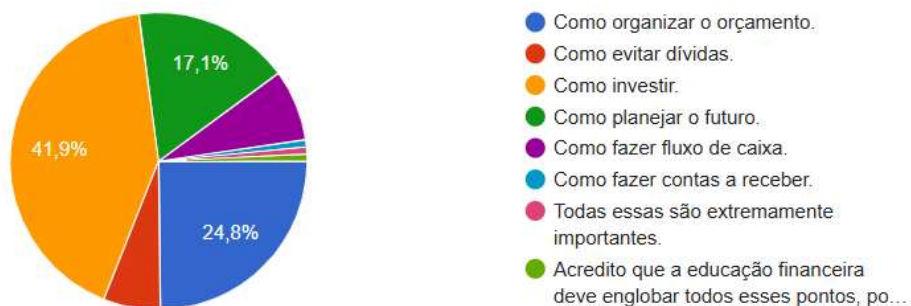
Figura 18 - Principais gatilhos de consumo.



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

Entre os principais gatilhos de consumo apontados, destacam-se promoções e descontos “imperdíveis” (9,3%), influência de amigos e familiares (8,5%) e aplicativos de delivery ou transporte (6,2%). Também foram citados o parcelamento no cartão e o consumo emocional motivado por estresse ou ansiedade. Esses resultados da Figura 18 evidenciam o impacto das estratégias de marketing e das emoções nas decisões financeiras cotidianas.

Figura 19 - Áreas de maior interesse em programas de educação financeira



Fonte: dados de pesquisa, 2025.

A Figura 19 apresenta os temas de maior interesse dos participantes, observa-se que 41,9% afirmam que todas as áreas são extremamente importantes, enquanto 24,8% demonstram maior interesse em aprender “Como organizar o orçamento” e 17,1% em “Como investir”. As demais aparecem com percentuais menores. Essa tendência confirma o que aponta Lusardi (2019), ao indicar que a demanda por conhecimento financeiro aumenta quando os indivíduos reconhecem sua importância para o planejamento e segurança no longo prazo.

A pesquisa evidenciou fragilidades significativas no preparo financeiro dos participantes, especialmente no controle de gastos, na formação de reserva e na falta de orientação familiar e educacional. Conforme a Figura 5, que apresenta a orientação financeira recebida em casa, e a Figura 6, que aborda a educação financeira oferecida pela escola ou faculdade, grande parte dos respondentes não recebeu nenhum tipo de instrução sobre o tema. Esse resultado confirma a análise de Silva e Vieira (2020), segundo os quais a ausência de alfabetização financeira desde a infância e adolescência limita a autonomia econômica na vida adulta e perpetua ciclos de vulnerabilidade.

De modo geral, os resultados apontam que, embora exista consciência sobre a importância do tema, ainda há distanciamento entre o conhecimento e a prática. A ausência de programas estruturados e contínuos de formação financeira limita a autonomia dos indivíduos e reforça a vulnerabilidade social, evidenciando a necessidade de políticas educacionais e ações integradas voltadas à consolidação de hábitos financeiros sustentáveis.

Nesse sentido, iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), programas do Banco Central e ações governamentais ou privadas podem ser analisadas como alternativas de enfrentamento à vulnerabilidade social.

(ANBIMA, 2024) A análise do papel da família e da escola torna-se fundamental nesse processo, uma vez que são nesses ambientes que se constroem as primeiras percepções sobre dinheiro, consumo e planejamento. A família transmite hábitos e valores relacionados à administração dos recursos, ainda que de maneira informal, enquanto a escola, por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já aponta a necessidade de inserir a educação financeira como competência essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, observa-se que tais iniciativas ainda são insuficientes ou pouco aplicadas, o que evidencia a fragilidade da formação dos jovens diante das exigências financeiras do mundo contemporâneo. excessiva do crédito, pela dificuldade de poupar e pela exposição a golpes, práticas especulativas e riscos financeiros.

Esse quadro compromete não apenas a estabilidade econômica individual, mas também a capacidade coletiva de desenvolvimento, uma vez que o alto índice de endividamento e inadimplência afeta diretamente a economia do país. Além disso, explorar a educação financeira como instrumento de autonomia econômica e inclusão social permite evidenciar sua relevância na construção da cidadania e na melhoria da qualidade de vida. Indivíduos com maior domínio de conceitos financeiros tendem a realizar escolhas mais conscientes, planejar o futuro e evitar práticas de consumo impulsivo, o que contribui para a redução das desigualdades sociais e para a promoção de uma sociedade mais equilibrada.

Portanto, pode-se realizar a reflexão de que, a inclusão social mediada pela educação financeira representa uma mudança prática e transformadora. A vivência no mercado financeiro demonstra que clientes com maior acesso à informação desenvolvem confiança e autonomia em suas decisões, enquanto aqueles que permanecem à margem sofrem maior risco de endividamento e exclusão. No entanto, quando inseridos em programas de alfabetização financeira, os ganhos são perceptíveis: planejamento mais sólido, menor dependência de crédito e maior capacidade de projeção de futuro.

A análise da carência de educação financeira nas fases infantil e juvenil para a vida adulta levanta questões sobre a formação de hábitos econômicos, a autonomia financeira e a vulnerabilidade social. O papel da família e da escola na transmissão de conhecimentos financeiros evidencia desafios na efetividade de programas educacionais na infância e adolescência, e na necessidade de políticas públicas que promovam a alfabetização financeira desde cedo.

A exposição a riscos como endividamento, inadimplência e práticas especulativas reforça a importância de compreender como a carência de preparo compromete a segurança econômica e limita oportunidades de desenvolvimento social. Em suma, a carência de educação financeira apresenta desafios que requerem investigação aprofundada, sendo fundamental identificar estratégias que promovam autonomia econômica, inclusão social e redução das desigualdades na vida adulta.

Com base nos padrões identificados ao longo da pesquisa, é possível apontar estratégias que contribuem para a redução da vulnerabilidade financeira e social por meio da alfabetização financeira. Entre elas, destacam-se a introdução de práticas educativas nas escolas, o incentivo ao controle sistemático dos gastos, a formação de uma reserva de emergência e o fortalecimento de hábitos de planejamento financeiro. O estudo também evidencia a importância de ações que estimulem decisões de consumo mais conscientes, reduzindo comportamentos impulsivos e

diminuindo a exposição ao endividamento. Essas estratégias reforçam o papel da educação financeira como ferramenta prática de proteção econômica e fortalecimento da autonomia dos indivíduos.

A carência de educação financeira é uma realidade que atinge grande parte da população, especialmente jovens adultos. Compreender seus efeitos permite propor soluções que fortaleçam a autonomia econômica, reduzam desigualdades e promovam o desenvolvimento social. O endividamento das famílias segue elevado, tornando cada desliz financeiro mais impactante na situação financeira da família. Em junho/2025, 78,4% das famílias estavam endividadas, segundo a PEIC/CNC (2025), contexto no qual decisões cotidianas sobre crédito e consumo pesam diretamente no bem-estar.

Paralelamente, multiplicam-se situações que exploram a falta de preparo financeiro: propagandas agressivas de crédito, ofertas de investimentos com promessas irreais, pirâmides financeiras e estímulos ao consumo imediato.

Essa conjuntura reforça a importância da realização do estudo como meio de identificar dados e reflexões que possam contribuir com o meio acadêmico e profissional, o que torna o estudo relevante. Assim, possibilita integrar teoria e prática em um tema de grande impacto social. Para a comunidade, a pesquisa contribui ao oferecer reflexões e dados que podem auxiliar famílias, escolas e instituições na construção de estratégias educativas que reduzam a vulnerabilidade social e promovam maior equilíbrio financeiro ao longo da vida adulta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre a falta de preparo financeiro e os impactos dessa ausência na vida adulta. A partir da pesquisa realizada, foi possível compreender como deficiências na formação financeira contribuem para decisões econômicas inadequadas, maior vulnerabilidade social e dificuldades na construção de autonomia econômica. Os objetivos propostos foram alcançados, pois o estudo permitiu examinar tanto as dimensões comportamentais quanto os contextos educacionais e familiares envolvidos na formação financeira dos indivíduos.

A análise dos resultados confirmou a questão-problema central da pesquisa, demonstrando que a falta de preparo financeiro contribui de maneira significativa para a baixa autonomia econômica, ampliando a exposição a riscos como endividamento, inadimplência, falta de controle orçamentário e ausência de reserva de emergência. A escassez de orientação financeira, combinada a hábitos pouco estruturados, compromete a capacidade dos indivíduos de tomar decisões econômicas conscientes e sustentáveis.

Em relação às subquestões, observou-se que a família exerce papel fundamental na formação inicial de hábitos financeiros, seja transmitindo práticas positivas ou contribuindo para comportamentos desorganizados quando não oferece orientação adequada. A escola, por sua vez, mostrou-se como um espaço onde a educação financeira ainda não está devidamente inserida, o que limita a compreensão dos jovens sobre orçamento, poupança, crédito e planejamento. Essa ausência reflete uma lacuna educacional que repercute diretamente na vida adulta.

Quanto às consequências da fragilidade de educação financeira, o estudo identificou padrões recorrentes, como impulsividade nas compras, dificuldade em poupar, falta de controle sobre gastos diários e insegurança na tomada de decisões econômicas. Esse conjunto de comportamentos demonstra que o conhecimento técnico, isoladamente, não é suficiente para garantir equilíbrio financeiro, sendo necessário integrá-lo a competências emocionais e comportamentais.

Os resultados revelaram ainda que a educação financeira é percebida pelos participantes como um instrumento capaz de reduzir desigualdades sociais e promover inclusão econômica, reforçando seu papel como componente essencial da cidadania contemporânea. Assim, torna-

se indispensável a implementação de políticas públicas, programas educacionais e iniciativas comunitárias que incentivem hábitos financeiros conscientes desde a juventude.

De maneira geral, o estudo evidencia que a educação financeira vai muito além do simples ato de lidar com dinheiro. Ela permite desenvolver autonomia, senso crítico, organização e capacidade de planejar o futuro com segurança. Investir em educação financeira significa investir em uma sociedade com menos vulnerabilidade, mais estabilidade e mais oportunidades.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se aprofundar a investigação em públicos específicos, como adolescentes em fase escolar, trabalhadores iniciantes e famílias em situação de vulnerabilidade. Também seria relevante analisar a eficácia de programas de educação financeira já existentes, bem como explorar a relação entre emoções, impulsividade e comportamento financeiro ao longo do ciclo de vida.

REFERÊNCIAS

- ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS. **Mapa de Iniciativas de Educação Financeira 2024**. São Paulo: ANBIMA, 2024. Disponível em: https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BA2A8/relatorio_ANBIMA_mapa_iniciativas_educacao_financeira.pdf
- CHAGUE, F.; GIOVANETTI, B. **Educação Financeira: conceitos e impactos na vida do cidadão**. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 11, n. 1, p. 45-60, 2020. Disponível em: <https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/45>.
- CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Relatório de Educação Financeira 2024**. Rio de Janeiro: CVM, 2024. Disponível em: <https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/45>
- FERNANDES, C. **Por que a educação financeira ainda não é ensinada nas escolas?** Superavit UFPEL, 13 dez. 2024. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/superavit/2024/12/13/por-que-a-educacao-financeira-ainda-nao-e-ensinada-nas-escolas>
- FONSECA, J. **Financial inclusion, economic development, and inequality**. *Journal of Development Economics*, v. 166, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304405X24000771>
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LUSARDI, A. **Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications**. *Swiss Journal of Economics and Statistics*, v. 155, n. 1, 2019. Disponível em: <https://sjes.springeropen.com/articles/10.1186/s41937-019-0027-5>
- Lusardi, A.; Mitchell, O. S. **The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence**. *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.52.1.5>
- OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **OECD/INFE 2022 International Survey of Adult Financial Literacy**. Paris: OECD, 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/networks/infe.html>
- OZILI, P. K. **Social inclusion and financial inclusion: International evidence**. *International Journal of Development Issues*, v. 19, n. 2, p. 169-186, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338912826_Social_inclusion_and_financial_inclusion_international_evidence
- PEIC/CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)**. Brasília: CNC, jun. 2025. Disponível em: https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/?utm_source

SAKAMOTO, C. **Educação financeira como política pública**: um caminho para enfrentar a inadimplência e o endividamento das famílias brasileiras. *CNDL Varejo S/A*, 2025.

Disponível em: <https://cndl.org.br/varejosa/educacao-financeira-como-politica-publica-um-caminho-para-enfrentar-a-inadimplencia-e-o-endividamento-das-familias-brasileiras>

SILVA, G. S.; VIEIRA, C. A. P. **Educação financeira pelo mundo**: como se organizam as estratégias nacionais? *Revista da PUC-SP*, v. 22, n. 2, 2020. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/47580>